

# TAX NEWSLETTER

Dezembro / December 2019

## Diplomas aprovados

### **Arbitragem Tributária – Constitucionalidade – Artigo 25.º, n.º 2 do RJAT**

Foi publicado no Diário da República n.º 233/2019, Série II, de 4 de dezembro de 2019, o Acórdão (extrato) n.º 577/2019, o qual conclui pela não inconstitucionalidade da norma contante no n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária (“RJAT”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro, na sua redação originária, segundo a qual não é admissível o recurso para o Supremo Tribunal Administrativo de decisão proferida por tribunal arbitral em matéria tributária que ponha termo ao processo sobre o mérito da causa quando a mesma esteja em oposição, quanto à mesma questão fundamental de direito, com a decisão proferida por outro tribunal arbitral.

### **ETAF - Criação de juízos de competência especializada**

Foi publicado no Diário da República n.º 240/2019, Série I, de 13 de dezembro de 2019, o Decreto-Lei n.º 174/2019, que procede à criação de juízos de competência especializada, nos termos do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (“ETAF”).

### **IMI – Modelo da participação de rendas previsto no n.º 3 do artigo 15.º-N do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro – Instruções de preenchimento**

Foi publicada no Diário da República n.º 245/2019, Série I, de 20 de dezembro de 2019, a Portaria n.º 406/2019, de 20 de dezembro, que aprova o modelo da participação de rendas previsto no n.º 3 do artigo 15.º-N do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, e as correspondentes instruções de preenchimento.

## Approved diplomas

### **Tax Arbitration - Constitutionality - Article 25 (2) of the Legal Regime of Arbitration in Tax Matters**

Judgment (extract) No. 577/2019 was published on the State Gazette No. 233/2019, Series II, on December 4<sup>th</sup>, 2019, which concludes that the rule contained in paragraph 2 of Article 25 of the Legal Regime of Arbitration in Tax Matters, approved by Decree-Law no. 10/2011, of January 20, in its original wording, according to which it is not possible to appeal to the Supreme Administrative Court of a decision rendered by an arbitral court in tax matters which terminates the plea on the merits of the case, when it is in opposition, on the same fundamental point of law, with the decision of another arbitral tribunal, is not unconstitutional.

### **Statute of the Administrative and Tax Courts – Creation of judgments of specialized jurisdiction**

Decree-Law no. 174/2019 was published on the State Gazette, on December 13<sup>th</sup>, 2019, which creates judgments of specialized jurisdiction, under the Statute of the Administrative and Tax Courts.

### **Property Municipal Tax - Form for rent communication provided for in paragraph 3 of article 15-N of Decree-Law No. 287/2003, of 12 November – Filing instructions**

Ordinance no. 406/2019 was published on the State Gazette, on December 20<sup>th</sup>, 2019, which approves the Form for rent communication, provided for in paragraph 3 of article 15-N of Decree-Law No. 287/2003 of 12 November, as amended, as well as its filing instructions.

**Fichas Doutrinárias – Comissão Europeia**
**IVA – Diretiva (UE) 2019/1995 do Conselho – Vendas à distância de bens e a determinadas entregas internas de bens**

Foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 310/1 de 2 de dezembro de 2019, a Diretiva (UE) 2019/1995 do Conselho de 21 de novembro de 2019 que altera a Diretiva 2006/112/CE no que respeita às disposições sobre vendas à distância de bens e a determinadas entregas internas de bens.

**IVA – Regulamento de execução (UE) 2019/2016 do Conselho - Entregas de bens ou prestações de serviços facilitadas por interfaces eletrónicas e regimes especiais aplicáveis aos sujeitos passivos que prestem serviços a particulares, e efetuem vendas à distância de bens e determinadas entregas internas de bens**

Foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 313/14 de 4 de dezembro de 2019, o Regulamento de execução (UE) 2019/2016 do Conselho de 21 de novembro de 2019 que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 282/2011 no que respeita às entregas de bens ou prestações de serviços facilitadas por interfaces eletrónicas e aos regimes especiais aplicáveis aos sujeitos passivos que prestem serviços a pessoas que não sejam sujeitos passivos, e efetuem vendas à distância de bens e determinadas entregas internas de bens.

**Diretiva (UE) 2019/2034 do Parlamento Europeu e do Conselho – Supervisão prudencial das empresas de investimento**

Foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 314/64 de 5 de dezembro de 2019, a Diretiva (UE) 2019/2034 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019 relativa à supervisão prudencial das empresas de investimento e que altera as Diretivas 2002/87/CE, 2009/65/CE, 2011/61/UE, 2013/36/UE, 2014/59/UE e 2014/65/UE.

**Regulamento (UE) 2019/2033 do Parlamento Europeu e do Conselho – Requisitos prudenciais aplicáveis às empresas de investimento**

Foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 314/1 de 5 de dezembro de 2019, o Regulamento (UE) 2019/2033 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27.11.2019 relativo aos requisitos prudenciais aplicáveis às empresas de investimento e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1093/2010, n.º 575/2013, n.º 600/2014 e n.º 806/2014.

**Doctrinal Records – European Commission**
**VAT – Directive (EU) 2019/1995 – Distance sales and certain internal deliveries of goods**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 310/1, of December 2<sup>nd</sup>, 2019, Directive (EU) 2019/1995 of 21 November 2019, which amends Directive 2006/112/CE as regards the provisions on distance sales and certain internal deliveries of goods.

**VAT - Council Implementing Regulation (EU) 2019/2016 - Supply of goods or services facilitated by electronic interfaces and special schemes for taxable persons providing services to consumers and carry out distance sales and certain internal deliveries of goods**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 313/14, of December 4<sup>th</sup>, 2019, the Council Implementing Regulation (EU) 2019/2016 of 21 November 2019, which amends the Council Implementing Regulation (EU) 282/2011 as regards supplies of goods or services facilitated by electronic interfaces and special schemes applicable to taxable persons providing services to non-taxable persons and carrying out distance sales and certain internal deliveries of goods.

**Directive (EU) 2019/2034 of the European Parliament and the Council – Prudential supervision of investment firms**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 314/64, of December 5<sup>th</sup>, 2019, the Directive (EU) 2019/2034 of the European Parliament and of the Council of 27 November 2019 on prudential supervision of investment firms and amending Directives 2002/87 / EC, 2009/65 / EC, 2011/61 / EU, 2013/36 / EU, 2014/59 / EU and 2014/65 / EU.

**Regulation (EU) 2019/2033 of the European Parliament and of the Council – Prudential requirements for investment firms**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 314/1, of December 5<sup>th</sup>, 2019, Regulation (EU) 2019/2033 of the European Parliament and of the Council of 27 November 2019 on prudential requirements for investment firms and amending Regulations (EU) No 1093/2010, (EU) No 575/2013, (EU) No 600/2014 and (EU) No 806/2014.

**IFRS – Regulamento (UE) 2019/2075 da Comissão**

Foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 316/1 de 6 de dezembro de 2019, o Regulamento (UE) 2019/2075 da Comissão de 29 de novembro de 2019 que altera o Regulamento (CE) n.º 1126/2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito às normas internacionais de contabilidade 1, 8, 34, 37 e 38, às normas internacionais de relato financeiro 2, 3 e 6, às interpretações 12, 19, 20 e 22 do Comité de Interpretação das Normas Internacionais de Relato Financeiro e à interpretação 32 do Comité Permanente de Interpretações.

**IFRS – Regulamento Delegado (UE) 2019/2100 da Comissão – Atualizações da taxonomia a utilizar no formato eletrónico único de comunicação de informações**

Foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 326/1 de 16 de dezembro de 2019, o Regulamento Delegado (UE) 2019/2100 da Comissão de 30 de setembro de 2019 que altera o Regulamento Delegado (UE) 2019/815 no respeitante às atualizações da taxonomia a utilizar no formato eletrónico único de comunicação de informações.

**Regulamento (UE) 2019/2197 do Conselho – Suspensão dos direitos autónomos da pauta aduaneira comum para certos produtos agrícolas e industriais**

Foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 335/1 de 27 de dezembro de 2019, o Regulamento (UE) 2019/2197 do Conselho de 19 de dezembro de 2019 que altera o Regulamento (UE) n.º 1387/2013 que suspende os direitos autónomos da pauta aduaneira comum para certos produtos agrícolas e industriais.

**Diretiva (UE) 2019/2177 do Parlamento Europeu e do Conselho – Atividade de seguros, mercados de instrumentos financeiros e prevenção de branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo**

Foi publicada no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 334/155 de 27 de dezembro de 2019, a Diretiva (UE) 2019/2177 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de dezembro de 2019 que altera a Diretiva 2009/138/CE relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, a Diretiva 2014/65/UE relativa aos mercados de instrumentos financeiros e a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo.

**International Financial Reporting Standards (IFRS) – Commission Regulation (EU) 2019/2075**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 316/1, of December 6<sup>th</sup>, 2019, the Commission Regulation (EU) 2019/2075 of 29 November 2019 amending Regulation (EC) No 1126/2008 adopting certain international accounting standards in accordance with Regulation (EC) No 1606/2002 of the European Parliament and of the Council as regards IFRS 1, 8, 34, 37 and 38, IFRS 2, 3 and 6, interpretations 12, 19, 20 and 22 of the Audit Committee for Interpretation of International Financial Reporting Standards and Interpretation 32 of the Standing Committee on Interpretations.

**International Financial Reporting Standards (IFRS) – Commission Delegated Regulation (EU) 2019/2100 – Taxonomy updates to be used in the single electronic reporting format**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 326/1, of December 16<sup>th</sup>, 2019, the Commission Delegated Regulation (EU) 2019/2100 of 30 September 2019 which amends Delegated Regulation (EU) 2019/815 as regards the taxonomy updates to be used in the single electronic reporting format.

**Council Regulation (EU) 2019/2197 – Suspension of the autonomous Common Customs Tariff duties on certain agricultural and industrial products**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 335/1, of December 27<sup>th</sup>, 2019, Council Regulation (EU) 2019/2197 of 19 December 2019 which amends Regulation (EU) No 1387/2013 suspending the autonomous Common Customs Tariff duties on certain agricultural and industrial products.

**Directive (EU) 2019/2177 of the European Parliament and Council – Insurance and reinsurance activity, Financial instrument markets and prevention of money laundering or terrorist financing**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 334/155, of December 27<sup>th</sup>, 2019, Directive (EU) 2019/2177 of European Parliament and Council of 18 December 2019 amending Directive 2009/138/EC on access to and the exercise of insurance and reinsurance activity (Solvency II), Directive 2014/65/EU on financial instrument markets and Directive (EU) 2015/849 on the prevention of the use of the financial system for the purpose of money laundering or terrorist financing.

**Regulamento (UE) 2019/2175 do Parlamento Europeu e do Conselho – Autoridade Bancária Europeia; Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma; Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados**

Foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 334/1 de 27 de dezembro de 2019, o Regulamento (UE) 2019/2175 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de dezembro de 2019 que altera o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Bancária Europeia); o Regulamento (UE) n.º 1094/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma); o Regulamento (UE) n.º 1095/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados); o Regulamento (UE) n.º 600/2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros; o Regulamento (UE) 2016/1011 relativo aos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros ou para aferir o desempenho de fundos de investimento; e o Regulamento (UE) 2015/847 relativo às informações que acompanham as transferências de fundos.

**IVA – Regulamento (UE) 2019/2230 do Conselho que altera a Decisão 2007/884/CE que autoriza o Reino Unido a continuar a aplicar uma medida que derroga determinadas disposições da Diretiva 2006/112/CE**

Foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 333/146 de 27 de dezembro de 2019, o Regulamento (EU) 2019/2230 do Conselho de 19 de dezembro de 2019 que altera a Decisão 2007/884/CE que autoriza o Reino Unido a continuar a aplicar uma medida que derroga ao disposto no artigo 26.º, n.º 1, alínea a), e nos artigos 168.º e 169.º da Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do IVA.

**Regulamento (UE) 2019/2223 da Comissão – Intercâmbio de informações sobre produtos sujeitos a impostos especiais de consumo em regime de suspensão do imposto**

Foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 333/82 de 27 de dezembro de 2019, o Regulamento (UE) 2019/2223 da Comissão de 13 de dezembro de 2019 que altera o Regulamento de Execução (UE) 2016/323 no que diz respeito aos dados necessários para os documentos de assistência mútua administrativa utilizados para efeitos do intercâmbio de informações sobre produtos sujeitos a impostos especiais de consumo em regime de suspensão do imposto.

**Regulation (EU) 2019/2175 of the European Parliament and of the Council – European Banking Authority; European Insurance and Occupational Pensions Authority; European Securities and Markets Authority**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 334/1, of December 27<sup>th</sup>, 2019, European Parliament and Council Regulation (EU) 2019/2175 of 18 December 2019 amending Regulation (EU) No 1093/2010 establishing a European Supervisory Authority (European Banking Authority); Regulation (EU) No 1094/2010 establishing a European Supervisory Authority (European Insurance and Occupational Pensions Authority); Regulation (EU) No 1095/2010 establishing a European Supervisory Authority (European Securities and Markets Authority); Regulation (EU) No 600/2014 on markets in financial instruments; Regulation (EU) 2016/1011 on indices used as benchmarks in the context of financial instruments and contracts or for benchmarking investment funds; and Regulation (EU) 2015/847 on information accompanying transfers of funds.

**VAT – Council Regulation (EU) 2019/2230 amending Decision 2007/884 / EC authorizing the United Kingdom to continue to apply a measure derogating certain provisions of Directive 2006/112/EC**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 333/146, of December 27<sup>th</sup>, 2019, Council Regulation (EU) 2019/2230 of 19 December 2019 amending Decision 2007/884 / EC authorizing the United Kingdom to continue to apply a measure derogating Article 26 (1) (a) and Articles 168 and 169 of Directive 2006/112 / EC.

**Commission Regulation (EU) 2019/2223 – Exchange of information on excise goods under duty suspension**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 333/82, of December 27<sup>th</sup>, 2019, Commission Regulation (EU) 2019/2223 of 13 December 2019 amending Implementing Regulation (EU) 2016/323 as regards the data necessary for the mutual administrative assistance documents used for the purpose of exchanging information on products subject to excise duty under a duty suspension.

**Regulamento (UE) 2019/2222 da Comissão – Dados a apresentar no âmbito dos processos informatizados para a circulação de produtos sujeitos a impostos especiais de consumo em regime de suspensão do imposto**

Foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 333/56 de 27 de dezembro de 2019, o Regulamento (UE) 2019/2222 da Comissão de 12 de dezembro de 2019 que altera o Regulamento (CE) n.º 684/2009 que aplica a Diretiva 2008/118/CE do Conselho no que diz respeito aos dados a apresentar no âmbito dos processos informatizados para a circulação de produtos sujeitos a impostos especiais de consumo em regime de suspensão do imposto.

**Regulamento (UE) 2019/2221 da Comissão – Registo dos operadores económicos e entrepostos fiscais constantes dos registos nacionais e do registo central**

Foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 333/47 de 27 de dezembro de 2019, o Regulamento (UE) 2019/2221 da Comissão de 12 de dezembro de 2019 que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 612/2013 da Comissão no que respeita à estrutura e ao teor das mensagens relativas ao registo dos operadores económicos e entrepostos fiscais constantes dos registos nacionais e do registo central.

**IVA – Diretiva (UE) 2019/2235 do Conselho – Esforços de defesa no âmbito da União**

Foi publicada no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 336/10 de 30 de dezembro de 2019, a Diretiva (UE) 2019/2235 do Conselho de 16 de dezembro de 2019 que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado e a Diretiva 2008/118/CE relativa ao regime geral dos impostos especiais de consumo no que respeita aos esforços de defesa no âmbito da União.

**Commission Regulation (EU) 2019/2222 – Data to be submitted in the context of computerized procedures for the movement of excise goods under suspension of tax**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 333/56, of December 27<sup>th</sup>, 2019, Commission Regulation (EU) 2019/2222 of 12 December 2019 amending Implementing Regulation (EU) 2016/323 as regards the data to be submitted in the context of computerized procedures for the movement of excise goods under a duty suspension.

**Commission Regulation (EU) 2019/2221 – Register of economic operators and tax warehouses in the national registers and central registry**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 333/47, of December 27<sup>th</sup>, 2019, Commission Regulation (EU) 2019/2221 of 12 December 2019 amending Commission Implementing Regulation (EU) No 612/2013 as regards the structure and content of messages concerning the register of economic operators and tax warehouses contained in the national registers and central registry.

**VAT - Council Directive (EU) 2019/2235 – Union defence efforts**

Was published in Official Journal of the European Union no. L 336/10, of December 30<sup>th</sup>, 2019, Council Directive (EU) 2019/2235 of 16 December 2019 amending Directive 2006/112 / EC on the common system of VAT and Directive 2008/118 / EC on the general system of excise duties as regards defence efforts within the European Union.

**Contactos/Contacts:**

Grant Thornton Consultores, Lda.  
 Tel. + 351 21 413 46 30 (Lis)  
 Fax. + 351 21 413 46 39 (Lis)  
 E-mail: [gtc@pt.gt.com](mailto:gtc@pt.gt.com)  
 Website: [www.grantthornton.pt](http://www.grantthornton.pt)